

TOMÁS DE AQUINO E OS REFORMADORES PROTESTANTES **DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS**

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia, conforme se depreende de seu título, tem por objetivo apresentar alguns dos principais pontos de harmonia e de divergência entre a teologia de Tomás de Aquino e o pensamento dos teólogos da Reforma Protestante.

Para a realização dos fins propostos, o método usado na preparação deste trabalho envolveu, evidentemente, a comparação entre os modelos tomista e reformado, destacando algumas áreas em que, num certo grau, põem-se lado a lado, bem como as esferas em que se distanciam de forma substancial ou mesmo absoluta.

Deve-se frisar que o tema de que trata esta monografia se reveste de singular importância, considerando que o tomismo é nada menos que a base e a perfeita exposição de quase todos os princípios da Igreja Católica Romana encontrados em sua forma final nos decretos do próprio Concílio de Trento. Detectar, portanto, amostras especiais do pensamento de Aquino e colocá-las ao lado do ensino reformado dá a verdadeira dimensão do espaço existente entre católicos e protestantes, fixa os pontos onde eventuais debates devem se concentrar e revela se existe ou não a possibilidade do diálogo ou mesmo da comunhão entre os expoentes dos dois modelos.

A pesquisa foi realizada a partir de fontes secundárias e primárias e, sendo um trabalho sintético, seu conteúdo é necessariamente bastante seletivo de modo que os reformadores protestantes analisados são especialmente Lutero e Calvino, dado o impacto de sua pessoa e obra na história e formação do pensamento genuinamente evangélico.

2. BREVE ESCORÇO HISTÓRICO

Tomás de Aquino foi um teólogo do período do Escolasticismo (séculos XII a XIV), movimento marcado por uma intensa associação entre a teologia e a filosofia. Essa associação era expressão do desejo de unificação do conhecimento humano que tanto caracterizou a Idade Média. Aquino, portanto, como homem do seu tempo, teve sua obra nitidamente gravada pelo anseio de sintetizar a verdade revelada na Bíblia e as proposições a que se pode chegar com o uso adequado da razão.

Nascido em 1224 ou 1225 no castelo de Rocca Sicca (hoje em ruínas), perto de Aquino, no território de Nápoles, na Itália, Aquino era de família abastada e de ascendência nobre, sendo seu pai o conde de Aquino. Quando menino cursou o ensino primário no mosteiro de Monte-Cassino, a sede do movimento beneditino e, na mocidade, matriculou-se na Universidade de Nápoles, onde foi grandemente influenciado pela filosofia de Aristóteles e pela ordem dos frades dominicanos.

Em 1242, Tomás, atraído pelos ideais da ordem dominicana, ingressou nela como noviço e mudou-se para o mosteiro. Os irmãos dele, porém, sob as ordens do pai, seqüestram o jovem noviço e o levaram para um castelo onde a família o manteve por dois anos, tentando dissuadi-lo do ideal monástico. O esforço, porém, foi inútil e tão logo se viu novamente em liberdade, Aquino voltou para o mosteiro a fim de realizar o sonho de estudar Aristóteles entre os dominicanos.

Com medo de ser novamente seqüestrado pela família, Tomás de Aquino foi para a Universidade de Colônia, onde teve como mestre Alberto Magno (1193-1280). Ingressou mais tarde na Universidade de Paris, num tempo em que fervilhavam as discussões entre os franciscanos platonistas e os dominicanos acerca da validade do pensamento aristotélico. Aquino, como era de se esperar, posicionou-se ao lado da filosofia de Aristóteles e, ao longo de toda a sua vida, tentou demonstrar a harmonia entre as idéias daquele filósofo e as proposições fundamentais da fé cristã.

A carreira de Aquino como professor de teologia iniciou-se em Paris, em 1256. A partir desse tempo sua fama começou a crescer e ele ganhou o respeito tanto do clero quanto da nobreza. Suas obras teológicas foram inúmeras, mas as mais notáveis são a *Suma contra os gentios*, em que defende o cristianismo dos ataques dos intelectuais islâmicos, e a *Suma teológica*, uma obra de teologia sistemática.

Em 1273, Aquino parou totalmente de escrever alegando que sua obra literária inteira parecia insignificante. Há quem justifique essa decisão dizendo que Aquino passou a ter experiências místicas, diante das quais tudo o que escrevera aparentava não ter qualquer valor.

No dia 7 de março de 1274 Tomás de Aquino faleceu, deixando uma herança intelectual que transformou para sempre a teologia católica e desafiou os reformadores do século XVI. O Doutor Angélico, como é chamado, foi canonizado pelo Papa João XXII em 1323 e, em 1567, foi elevado à dignidade de “doutor da igreja”.

3. ÁREAS DE CONCORDÂNCIA ENTRE AQUINO E OS REFORMADORES

Ao contrário do que pensam muitos protestantes, há vários pontos em comum entre a pensamento de Tomás de Aquino e o modelo teológico proposto pelos reformadores do século XVI. Três desses pontos em comum são expostos a seguir.

A LINGUAGEM ACERCA DE DEUS

A maior parte dos livros que expõem a teologia de Tomás de Aquino reserva um grande espaço para a apresentação de seus ensinamentos sobre a linguagem acerca de Deus. Realmente, esse é um aspecto do pensamento tomista que elucida muitas questões referentes à teologia própria, especialmente no que diz respeito aos atributos divinos.

Aquino ensina que há três tipos de linguagem: a *unívoca*, na qual as palavras expressam uma só idéia que é exatamente a entendida pelas criaturas em sua finitude; a *equivoca*, na qual às palavras é dado um sentido totalmente diferente daquele que lhes é atribuído a partir da experiência dos homens como criaturas finitas; e a linguagem *analógica*, na qual os termos têm um sentido que guarda certo grau de semelhança com aquilo que descrevem ou a que se referem.

Tomás ensina que a linguagem usada na Escritura para falar sobre Deus é a analógica, ou seja, seus termos não transmitem o que Deus é com precisão absoluta, dada a limitação da linguagem humana, mas de tal forma que, dentro das noções finitas do homem, pode-se ter uma idéia real, ainda que incompleta, sobre como Deus é. Assim, quando a Bíblia diz que Deus é bom, pode-se ter uma noção real do que isso significa a partir da compreensão finita que o homem tem de bondade, mas jamais se pode entender a bondade de Deus em toda a sua dimensão. A palavra “bom” não traduz com precisão o que ele é, mas, como uma sombra, dá ao ser humano uma idéia real de um dos atributos de Deus descrito em termos que podem ser entendidos dentro das reais limitações da mente humana.

Calvino também adota a posição de que os autores bíblicos, ao falar sobre Deus, usam termos de comparação, especialmente quando descrevem seus atributos e reações. Segundo Calvino, assim como para Tomás de Aquino, isso se dá em virtude da insuficiência da linguagem humana. Diz o reformador de Genebra:

Ora, uma vez que nossa insuficiência não Lhe atinge à excelsitude, a descrição que dEle se nos outorga tem de acomodar-se-nos à capacidade, para que seja de nós entendida. Esta é, na verdade, a forma de acomodar-se: que tal se nos apresente, não qual é em Si, porém, qual é passível de ser de nós apreendido.¹

No que diz respeito ao diálogo sobre Deus, portanto, há muito que o teólogo reformado pode aproveitar do ensino de Tomás, mesmo porque os grandes reformadores, como João Calvino, seguiram linhas de pensamento muito semelhantes à do Doutor Angélico, resguardando a veracidade da revelação bíblica e a natureza de Deus incompreensível em sua plenitude.

¹ CALVINO, João. *As Institutas ou tratado da Religião Cristã*. Vol. 1. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985. p. 243.

A DOCTRINA DA INSPIRAÇÃO E A INERRÂNCIA BÍBLICA

Na base do pensamento de Aquino, assim como nos escritos dos reformadores protestantes, está o ensino de que a lei divina é revelada unicamente na Escritura, sendo ela inspirada por Deus.

Tomás de Aquino afirma em sua *Suma teológica* que, apesar de ser escrita por homens com estilos literários diferentes, a Bíblia é o único livro com autoridade divina. Para ele, assim como para Lutero, Calvino e os demais reformadores, a Escritura Sagrada é inspirada e inerrante e, nesse aspecto, se distingue de qualquer outra obra cristã, mesmo aquelas produzidas pelos mais notáveis personagens da história eclesiástica.

De fato, Aquino faz clara distinção entre as Escrituras e os escritos dos Pais da Igreja. Segundo ele, a igreja faz uso dos dois para chegar à verdade e apresentá-la. Porém, as Escrituras são necessárias e se constituem na palavra final. Já o testemunho dos pais é meramente provável.

Comentando a bibliologia de Tomás de Aquino, Norman Geisler escreve:

A lei divina é para crentes; ela é revelada nas Escrituras... A Bíblia é inspirada e inerrante, mesmo em questões que não sejam essenciais para a redenção. As outras obras cristãs, incluindo as dos pais e os credos, não são inspiradas ou revelatórias. São apenas interpretações humanas da revelação de Deus nas Escrituras.²

Assim, é correto dizer que a inspiração e autoridade das Escrituras não são pontos de discordância entre Aquino e os reformadores. Aliás, nem mesmo no século XVI esse foi um ponto de debate. O que se discutiu na Reforma, conforme esclarece Timothy George, foi “o modo como a autoridade divinamente comprovada das Escrituras Sagradas estava relacionada à autoridade da igreja e da tradição eclesiástica”.³ Os reformadores criam que essa autoridade era independente do testemunho e validação da igreja, enquanto esta insistia no seu direito de validar a autoridade das escrituras canônicas. Aliás, foi precisamente esse desvio no campo da bibliologia que Calvino denunciou nas suas *Institutas*, fazendo uso das seguintes palavras:

Entre a maioria, entretanto, tem prevalecido o erro perniciosíssimo de que apenas tanto de valor assiste à Escritura quanto lhe é concedido pelos alvitres da Igreja. Como se, de fato, a eterna e inviolável verdade de Deus se apoiasse no arbítrio dos homens! Pois com grande escárnio do Espírito Santo, assim indagam: “Quem porventura nos pode dar a crer que estas cousas não provindo de Deus?”⁴

É claro que os reformadores tinham razão em se opor à idéia de que é a igreja que atribui autoridade ao texto sagrado. Contudo, é preciso reconhecer que o outro desvio católico, ou seja, a tendência de atribuir à tradição o mesmo grau de autoridade de que se revestem os escritos sagrados, não tem em Aquino nenhuma base de apoio. Nesse aspecto, o grande teólogo escolástico está de mãos dadas com Lutero que, séculos depois, condenou a primazia dos escritos patrísticos sobre a Bíblia em seu apelo à nobreza cristã da nação alemã, datado de 1520. Nesse documento, o reformador alemão afirmou:

Sim, os escritos de todos os santos pais somente deveriam ser lidos durante algum tempo para, por meio deles, se chegar à Escritura; em vez disso, nós os lemos apenas para ficar neles e jamais chegar à Escritura. Nisto somos iguais àqueles que olham para os marcos que mostram o caminho, mas jamais seguem o caminho. Os caros pais, com seus escritos, quiseram introduzir-nos nas Escrituras; com eles nós, ao invés, nos afastamos delas, quando a Escritura é nossa única vinha na qual todos deveríamos exercitar-nos e trabalhar.⁵

² GEISLER, Norman. *Enciclopédia de apologética*. São Paulo: Vida, 2002. p. 830-831.

³ GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1993. p. 312.

⁴ CALVINO, *op. cit.*, p. 89.

⁵ LUTERO, Martinho. *Pelo Evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma*. São Leopoldo: Concórdia / Sinodal, 1984. p. 134.

A singularidade das Escrituras é, pois, um conceito que Aquino tem em comum com os reformadores protestantes e isso se constitui num importante acerto de ambos os lados, considerando que é o abandono da autoridade bíblica que conduz a igreja aos mais assustadores desvios.

A DOCTRINA DA PREDESTINAÇÃO

Tomás de Aquino pertence à tradição agostiniana radical da Idade Média e, por isso, tem a doutrina da predestinação como parte integrante de seu sistema teológico. Para ele, Deus é aquele que ordena tudo e a causa suprema de tudo o que acontece. Assim, nada escapa de seus desígnios, propósitos, conhecimento e controle. No entanto, Deus age através de causas secundárias para realizar seu plano, o que torna possível a realidade da liberdade humana. Na raiz de todos os eventos, porém, encontra-se a vontade soberana de Deus, que jamais pode ser frustrada.

No âmbito da salvação do homem, Deus opera através de causas secundárias sobrenaturais, agindo graciosamente e de forma especial, de uma maneira que transcende a razão, mas não a contradiz. Quando essa operação se dá na vida de um indivíduo, a explicação só pode ser uma: Deus o predestinou desde a eternidade.

Roger Olson explica com mais detalhes o ensino de Aquino sobre a predestinação:

Todas as decisões e atos de Deus são eternos, de modo que é absurdo sugerir que Deus, de alguma maneira, seleciona arbitrariamente, dentro do tempo, alguém para ser salvo. Pelo contrário, Deus, eterna e soberanamente, escolheu alguns seres humanos para serem salvos e lhes outorga a graça necessária para a transformação. Que eles orem pedindo a salvação não é por acaso e nem é gratuito no sentido de poder acontecer de outra forma (livre-arbítrio de incompatibilidade).⁶

É necessário acrescentar que, para Aquino, a vontade de Deus de salvar não nasce de qualquer influência que as obras ou disposições de alguém porventura exerçam sobre ele. A escolha de Deus é livre e soberana. Nada que o ser humano seja ou faça pode influir em seus decretos.

Também para Calvino a predestinação é um ato eterno e soberano de Deus que se baseia unicamente em sua vontade imutável. Segundo ele, “é falsa e contrária à Palavra de Deus a doutrina de que Deus elege ou reprovava com base em sua previsão”.⁷ Ademais, comentando Romanos 9.15, o reformador de Genebra escreve:

E, finalmente, nenhuma razão mais elevada do que sua própria vontade pode ser concebida, pela qual ele deve fazer o bem e revelar sua graça apenas a alguns, e não a todos... Deus assim fixa como a causa primária para conceder a graça seu próprio propósito soberano, e ao mesmo tempo ratifica que determinara ter misericórdia particularmente de alguns.⁸

Lutero compartilha do mesmo conceito. Para ele, é a partir da predeterminação de Deus que surge a distinção entre quem há de crer e quem permanecerá na incredulidade. Segundo Martinho Lutero, assim como para Aquino, isso está totalmente fora do alcance humano e exclusivamente nas mãos de Deus.⁹

⁶ OLSON, Roger. *História da teologia cristã*. 2000 anos de tradições e reformas. São Paulo: Vida, 2001. p. 354.

⁷ CALVINO, João. *Romanos*. São Paulo: Paráketos, 2001. p. 338.

⁸ *Ibid.*, p. 343.

⁹ LUTERO, *op. cit.*, p. 190.

Eis, portanto, na doutrina da predestinação, um ponto crucial em que Aquino e os reformadores protestantes estão de acordo. Curiosamente, a questão que ainda hoje divide evangélicos não se constituiu em campo de discórdia entre o pai da moderna teologia católica e os fundadores do protestantismo.

4. PRINCIPAIS DIVERGÊNCIAS ENTRE AQUINO E OS REFORMADORES

Se, de um lado, conforme foi visto, existe harmonia entre o pensamento de Aquino e o dos principais reformadores em algumas áreas da teologia, é de se esperar que semelhante harmonia encontre limites, deixando mesmo de existir em matérias consideradas essenciais. Essas divergências passam a ser agora objeto de análise.

OS SACRAMENTOS: BATISMO E EUCARISTIA

Para Aquino os sacramentos são sete e se constituem em remédios para o pecado, sendo que sua eficácia repousa numa virtude que lhes é inerente, independente da fé de quem os recebe.

Dentre os sete sacramentos, a visão de Aquino acerca de dois em particular chama a atenção como contrária ao ensino reformado. Trata-se do seu modo de entender o batismo e a eucaristia.

O pensamento de Aquino acerca do batismo revela-se em chocante contradição com a fé dos reformadores. É primeiramente ao tratar do destino das crianças que morrem sem ser batizadas que esse ensino transparece. Segundo Aquino, não há esperança para aquelas almas porque o batismo livra do pecado original, sendo que, à parte desse sacramento, não pode haver salvação. Aliás, é pelo batismo que, segundo Tomás, o indivíduo é incluído no Corpo de Cristo.

Num primeiro momento, o ensino de Martinho Lutero sobre o batismo parece não se distanciar muito do modelo tomista. No *Manual do Batismo Revisado*, Lutero diz que por meio do batismo somos libertos “de toda a tirania do diabo, de pecados, morte e inferno, e nos tornamos filhos da vida e herdeiros de todos os bens de Deus”.¹⁰

O estudo cuidadoso, porém, revela que o reformador alemão contemplava a ministração do batismo, especialmente o batismo infantil, com olhos de expectativa, ensinando que o oficiante, ao ministrar esse sacramento deveria orar a Deus suplicando que o Senhor concedesse fé ao batizando para que este provasse os benefícios dessa ordenança e, afinal, se tornasse digno de alcançar a vida eterna. Nesse aspecto revela-se a discordância com Tomás que, como visto acima, ensinava que os sacramentos tinham uma virtude inerente, a qual não dependia da fé dos que a eles se submetiam. Aliás, nessa esfera Aquino fica isolado não só de Lutero, mas de todos os reformadores que, em momento algum, vislumbram qualquer valor no batismo que não seja resultado ou, pelo menos, posteriormente confirmado com o selo da fé pessoal.

Quanto à doutrina tomista acerca da Ceia do Senhor, esta adota a denominada teoria da transubstanciação, ou seja, na ceia, o corpo glorificado de Cristo está totalmente presente em sua essência, porém não quantitativamente. Eis um aspecto do ensino de Tomás que reflete abertamente a filosofia aristotélica tal como ensinada pelos escolásticos.

Aquino diz claramente que “o corpo de Cristo passa a estar no sacramento por meio da conversão da substância do pão em seu corpo”.¹¹ Assim, quando o Senhor disse: “Isto é o meu corpo”, suas palavras tinham um sentido literal, de modo que implicam na transformação dos elementos no verdadeiro corpo e sangue de Cristo. A própria substância desses elementos sofre mudança. Suas dimensões e outros acidentes, porém, permanecem inalterados. Ademais, todo o corpo está no pão, assim como está totalmente no vinho, o que dispensa o uso das duas espécies. Essa tinha sido a posição adotada oficialmente pela Igreja Católica Romana no Quarto Concílio de Latrão, em 1215.

¹⁰ Ibid., p. 245.

¹¹ AQUINO, Tomás de. *Summa Theologica*, III. Q. LXXV. In: BETTENSON, H. *Documentos da igreja cristã*. São Paulo: JUERP/ASTE, 1983. p.198.

Lutero rejeitou terminantemente a transubstanciação. Ele descreve como foi que definitivamente deixou o ensino tomista para adotar a chamada doutrina da consubstanciação sobre a qual ouvira certas observações do cardeal de Cambrai:

Depois, quando compreendi o que era essa igreja que decidiu assim, a saber, a igreja tomista, isto é, aristotélica, tornei-me mais ousado. Estava eu hesitante entre o demônio e o alto mar, mas agora finalmente consegui que minha consciência descansasse em minha antiga opinião; esta consistia em afirmar que o pão e o vinho são realmente pão e vinho e ao mesmo tempo a verdadeira carne e o verdadeiro sangue de Cristo estão neles, da mesma forma e no mesmo grau como fazem que estejam debaixo de seus acidentes.¹²

Deve-se observar, porém, que a posição de Lutero descrita acima não reflete de forma alguma o consenso entre os reformadores. É verdade que todos eles rejeitaram a transubstanciação, insurgindo-se nesse aspecto contra o tomismo e acusando o seu ensino sobre a eucaristia de tola e maligna superstição. Contudo, está longe da verdade que os reformadores pensaram concordemente sobre a relação de Cristo com os elementos da Ceia.

Zwínglio, por exemplo, tendeu para a compreensão dessa ordenança como um memorial e Calvino rejeitou tanto a transubstanciação de Aquino como a consubstanciação de Lutero. Quanto á primeira, disse que se tratava de grosseira imaginação que tinha como causa a crença de que “a consagração equivalia à mágica encantação”.¹³ Quanto á segunda, afirmou que atribui ao corpo de Cristo “ubiquidade contrária à sua natureza”.¹⁴

Finalmente, Calvino estabeleceu que Cristo transmite a comunhão do seu próprio corpo pelo poder do seu Espírito que, dessa forma, alimenta e revigora os crentes na eucaristia. Essa posição é denominada “presença espiritual” e parece ser a mais razoável quando considerada a evidência bíblica.¹⁵

A discussão acerca da relação entre o corpo de Cristo e os elementos da ceia foi a mais acalorada entre os reformadores, sendo a causa do rompimento entre Lutero e Zwínglio. Em comum, porém, todos eles rejeitaram acertadamente a teoria tomista como contrária à lógica, à natureza e, principalmente, ao ensino neo-testamentário.

O REMÉDIO PARA O PECADO

A questão relativa ao modo como o homem pode se ver livre da culpa do pecado se constitui no ponto em que Tomás de Aquino se encontra na mais aberta divergência com os reformadores do século XVI.

Philip Schaff resume da seguinte maneira o pensamento de Aquino:

A penitência é eficaz para a remoção da culpa a que alguém pode incorrer depois do batismo. As indulgências têm eficácia tanto em prol dos mortos como dos vivos. Sua administração pertence principalmente ao papa, como cabeça da igreja. O fundo de mérito resulta especialmente do superabundante mérito de Cristo, mas também das obras super-rogatórias dos santos.¹⁶

¹² LUTERO, *op. cit.*, p. 246.

¹³ CALVINO, *As Institutas ou tratado da Religião Cristã*. Vol. IV, p. 353.

¹⁴ *Ibid.*, p.355

¹⁵ Contra a posição do simples memorial, veja-se especialmente 1Coríntios 10.16.

¹⁶ SCHAFF, Philip. *History of the Christian Church*. Vol. V: The Middle Ages. Grand Rapids: Eerdmans, 1988. p. 671-672. Minha tradução.

Vê-se na citação acima, uma verdadeira síntese de todos os desvios que deram causa à eclosão da Reforma Protestante. Contra absolutamente todos os traços teológicos de Aquino que Schaff menciona os reformadores opuseram resistência. Aliás, o discurso de João Tetzel, o frade vendedor de indulgências na Saxônia, refletia exatamente o ensino de Aquino exposto acima e foi o que motivou Lutero a se opor a ele e fixar suas noventa e cinco desafiadoras teses na porta da igreja do castelo de Wittenberg, em 31 de outubro de 1517.

O tomismo, como se vê, atribui à igreja romana um papel central na solução do pecado e, conseqüentemente, na salvação do homem perdido.¹⁷ De fato, o Doutor Angélico ensina que Roma é a mãe de todas as demais igrejas e para que alguém obedeça a Cristo é necessário que se submeta a ela. Como cabeça da igreja, o corpo místico de Cristo, o papa detém a prerrogativa de determinar o que concerne à fé, sendo ainda certo que a submissão ao pontífice romano é condição necessária à salvação.

Tão determinante é o papel da igreja para a salvação no pensamento de Tomás que encontra-se entre seus ensinamentos a doutrina da “fé implícita”, segundo a qual o homem nada precisa conhecer ou compreender da verdade para ser salvo, contanto que se submeta humildemente à Igreja, mantendo a unidade com ela.

Os reformadores do século XVI se insurgiram contra esses ensinamentos com toda ferocidade. Lutero disse que o tesouro verdadeiro da igreja é o evangelho que como uma rede, pesca o homem de bem, e não as indulgências que, como uma rede, pescam os bens dos homens.¹⁸ Os reformadores também desafiaram o dogma da supremacia papal, opondo a ele a famosa fórmula “*Sola Scripturae*” e ressaltando, assim, a verdadeira fonte de autoridade cristã. E contra a doutrina da fé implícita, Calvino escreveu com notável indignação:

Crer é, porventura, isso: nada entender, contanto que à Igreja obedientemente submetas o teu sentir? A fé não se assenta na ignorância, mas no conhecimento, e esse conhecimento, certamente, não apenas de Deus em si, como também da divina vontade. Pois, nem disto alcançamos a salvação: ou porque estamos prontos a abraçar por verdadeiro tudo quanto a Igreja haja prescrito, ou porque lhe relegamos a função de indagar e conhecer. Alcançamo-la, porém, quando reconhecemos que, feita reconciliação através de Cristo (2Co 5.18-19), Deus nos é o Pai propício e Cristo nos foi dado, na verdade como justiça, santificação e vida. Por este conhecimento, digo-o, não pela submissão do nosso sentir, obtemos ingresso no Reino dos Céus. Ora, quando o Apóstolo diz: “Com o coração se crê para a justiça, com a boca se faz confissão para a salvação” (Rm 10.10), indica bastante não ser se alguém crê implicitamente o que não entenda, nem mesmo investigue; ao contrário, requer explícito reconhecimento da bondade divina, em que se nos assenta a justiça.¹⁹

Vê-se, assim, que mui corretamente os reformadores apontam a fé pessoal como remédio para o pecado, tirando das mãos da igreja romana qualquer prerrogativa no tocante ao perdão ou salvação do perdido. Os famosos lemas *Sola Fide* e *Sola Gratia*, fundamentados na Escritura, implicavam na rejeição da soteriologia romanista, contaminada pelo pensamento escolástico especialmente através de Tomás de Aquino.

A RELAÇÃO ENTRE JUSTIFICAÇÃO E SANTIFICAÇÃO

Ao contrário do que se pode pensar à luz do que foi dito nos dois itens anteriores, Aquino não ensinava em última análise que o homem é justificado pelas obras. Ainda que atribísse aos sacramentos e à igreja um papel central na salvação e na santificação do indivíduo, na raiz de seu

¹⁷ O superenalteamento da Igreja Romana é uma constante no pensamento de Tomás. Para ele, não havia dúvidas acerca da supremacia dela sobre o estado, da primazia papal sobre todos os demais bispos e do suposto direito da igreja de punir a heresia com a morte, uma vez que, conforme Aquino, a heresia é um crime e, como outro delito qualquer, deve ser reprimido através de medidas violentas.

¹⁸ LUTERO, Martinho. *As 95 teses*. In: BETTENSON, H. *Op. cit.*, p. 236.

¹⁹ CALVINO, *As Institutas ou tratado da Religião Cristã*. Vol. III, p. 8.

pensamento estava a crença de que a justificação não é consequência das obras, mas sim resultado do amor e da bondade de Deus que, em sua já mencionada ação providencial de predestinar, está por trás de todos os esforços que o homem realiza na busca da salvação.²⁰

Por outro lado, mesmo admitindo em Aquino o acerto de ver em Deus a causa primária da justificação, o que o aproxima dos reformadores do século XVI, pode-se delinear em seu ensino uma peculiar identificação entre os conceitos de justificação e santificação que o distancia tanto de Lutero quanto de Calvino. De fato, para Tomás de Aquino não há distinção entre ser justificado e ser santificado. Segundo o Doutor angélico, tais realidades estão tão entrelaçadas que o homem só é justificado no momento em que é também santificado.

Os reformadores, por sua vez, faziam uma nítida distinção entre as duas experiências, dizendo que a justificação é um ato instantâneo em que Deus declara o pecador livre de culpa no exato momento em que ele crê em Cristo. Calvino, por exemplo, escreve em seu comentário à Epístola aos Romanos que ser justificado significa ser considerado justo mediante a absolvição da sentença divina.²¹ Já a santificação, de forma distinta, é uma obra de Deus no crente que se protraí no tempo, mediante a qual o Senhor aperfeiçoa o caráter do homem salvo, transformando-o gradualmente em alguém maduro e reto.

A relevância dessa divergência, contudo, torna-se pequena se for entendido que a santificação pode ser definida sob dois aspectos: o posicional e o processual. Entendida sob o aspecto posicional, a santificação se perfaz no momento da justificação, constituindo-se na efetiva separação do crente para Deus que, então, lhe confere o *status* de santo. Já a santificação processual é aquela de que falam os reformadores, a qual se prolonga por toda a vida do crente, numa contínua transformação de caráter. A adoção dessas distinções mostra que, no assunto em questão, a divergência entre Aquino e os reformadores protestantes pode assumir uma intensidade menor.

CONCLUSÃO

A teologia de Tomás de Aquino, como se pôde notar, é idêntica à teologia da Igreja Católica Romana em todas as suas particularidades.²² Não é, portanto, de se estranhar que os reformadores vissem no mestre escolástico a fonte de todas as heresias defendidas pela igreja católica medieval. Segundo Philip Schaff, o reformador alemão Martinho Lutero disse que a *Summa* era a quintessência de todas as heresias e comparou Tomás à estrela que cai do céu mencionada no livro do Apocalipse.²³

É bem provável, porém, que os reformadores não tenham feito justiça ao Doutor Angélico, pois, ainda que seja certo o fato dele se constituir no mais forte pilar intelectual sobre o qual o catolicismo medieval, com todos os seus desvios, se escorou, é também certo, conforme foi visto, que Aquino contribuiu de forma singular para o desenvolvimento do pensamento cristão em matérias acerca das quais pouca discordância existe com o pensamento reformado.

Há, pois, muito material proveitoso nos escritos de Aquino. O campo da ética cristã, por exemplo, lhe é eternamente devedor. Ademais, a busca que Tomás empreendeu em prol da conciliação entre fé e razão auxiliou o cristianismo nos desafios que teve de enfrentar em face do racionalismo que passou a reinar em todo o mundo a partir do século XVIII. Aliás, foi por isso que, em 1879, Leão XIII o exaltou como o príncipe de todos os intelectuais, e o guia mais seguro da

²⁰ Em síntese, para Aquino Deus salva os que predestinou através da fé (mesmo implícita) e das obras das quais ele mesmo, em última análise, é a causa primária. Para os reformadores, Deus salva os que predestinou unicamente pela fé que tem também nele a sua fonte.

²¹ CALVINO, *Romanos*, p. 312.

²² A única exceção diz respeito ao dogma da imaculada concepção de Maria. Diferentemente da Igreja Católica, Aquino cria que Maria foi corrompida pelo pecado original ao ser concebida. Porém, segundo ele, já no ventre materno, a mãe de Jesus foi liberta dessa má herança espiritual.

²³ SCHAFF, *op. cit.*, p. 676.

filosofia cristã na batalha da fé e da razão contra as tendências céticas e revolucionárias do século XIX.²⁴

Além disso, como foi visto, há importantes áreas em que o ensino de Aquino e o pensamento dos reformadores do século XVI estão em harmonia. A teologia própria e a bibliologia de Tomás, conforme exposto, são fortes exemplos disso. Também sua aceitação da soberania de Deus expressa na doutrina da predestinação revela algum grau de proximidade entre o Doutor Angélico e os mestres da teologia protestante.

Por outro lado, para Aquino o Deus que predestina requer obras dos homens que os reformadores do século XVI jamais aceitariam como necessárias à salvação. E é precisamente nesse ponto que o abismo se abre entre eles tornando-se intransponível, dada a impossibilidade lógica de conciliação. Ademais, o palpável aristotelismo que se vê no modo como Aquino interpreta a Ceia do Senhor criou profunda repugnância nos reformadores cujas fontes de material para construção teológica eram quase que tão-somente os escritos do Velho e Novo Testamentos.

Seja como for, há proveito no estudo de Tomás de Aquino. Mesmo sem saber nada de hebraico e muito pouco de grego, ele foi um dos maiores teólogos da história do cristianismo, pondo fim à discórdia entre a fé e a razão e lançando os maiores desafios que os teólogos protestantes, séculos depois dele, deveriam enfrentar.

REFERÊNCIAS

BETTENSON, H. *Documentos da igreja cristã*. São Paulo: JUERP/ASTE, 1983.

CALVINO, João. *As Institutas ou tratado da Religião Cristã*. Vol. 1. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

_____. *Romanos*. São Paulo: Parákletos, 2001.

GEISLER, Norman. *Enciclopédia de apologética*. São Paulo: Vida, 2002.

GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1993.

LUTERO, Martinho. *Pelo Evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma*. São Leopoldo: Concórdia / Sinodal, 1984.

OLSON, Roger. *História da teologia cristã: 2000 anos de tradições e reformas*. São Paulo: Vida, 2001.

SCHAFF, Philip. *History of the Christian Church*. Vol. V: The Middle Ages. Grand Rapids: Eerdmans, 1988.

²⁴ No ano seguinte, o papa o declarou patrono de todos os estudiosos católicos.